

Diário popular
24/9/84 Pg
68



DIÁRIO POPULAR
SÃO PAULO

em ta Larfe
serviço R
24 SET 1984
68

VASP - 1933 - 1983. Os primeiros 50 anos passaram voando

**Funai representará
contra firma que
explora madeira**

PORTO VELHO — O procurador-geral da Funai, Irineu Oliveira Filho, vai entrar hoje com uma queixa-crime na Polícia Federal contra a Comercial Exportadora de Madeira Ltda. (Comex), por estar a empresa explorando, ilegalmente, várias espécies de madeira existentes na reserva indígena do Roosevelt, na divisa de Rondônia com o Mato Grosso, onde vivem os índios Cinta Larga.

INDENIZAÇÃO

A informação foi fornecida pelo delegado da Funai em Rondônia, Apoema Meireles, salientando que o órgão deverá entrar, ao mesmo tempo, com uma ação na Justiça, pedindo uma indenização para os Cinta Larga, já que a exploração de madeiras de lei na área do Roosevelt vem acontecendo há muito tempo.

PORTO VELHO — A 8.a Delegacia da Funai em Rondônia entra hoje com uma ação de esbulho possessório contra o administrador do distrito de Nova Colina, no município de Ji-Paraná, a 400 quilômetros desta capital. O administrador do distrito, Usino Caetano de Andrade, é acusado de invadir terras dos índios Arara e Gavião, na reserva indígena do Igarapé Lourdes e incentivar terceiros a que ajam da mesma maneira.

De acordo com o delegado da Funai para Rondônia, Apoema Meireles, Usino é um dos principais responsáveis pelo conflito recente entre índios e brancos naquela área, quando Araras e Gaviões fizeram 16 reféns, dez dos quais ficaram presos na aldeia Arara por mais de duas semanas.

"O novo presidente da Funai, Nelson Marabuto Domingues, foi um dos que mais veementemente defenderam na reunião na Funai, de 27 de agosto deste ano, a portaria que pretende regulamentar o decreto que permite a mineração em áreas indígenas". A afirmação está contida em um texto enviado aos jornais pela Comissão Pró-Índio de São Paulo.

A nota lembra que "a União das Nações Indígenas já encaminhou a arguição da inconstitucionalidade do decreto presidencial ao procurador-geral da República". De acordo com a Comissão, "pareceres antropológicos, jurídicos e políticos mostraram que seria uma iniquidade a permissão de mineração em terras indígenas". Lembra que o ex-presidente da Funai, Jurandy Fonseca, foi demitido por se recusar a assinar o decreto presidencial.

A Comissão Pró-Índio de São Paulo considera o decreto que permite a mineração em áreas indígenas "genocida", afirmando que "nem os índios, nem a Nação foram consultados".

Várias entidades assinam a nota:
ABA — Associação Brasileira de Antropologia; CQPY — Comissão pela Criação do Parque Yanomani; CIMI — Conselho Indígena Missionário; OAB/SP, Comissão Teotônio Vilela e CIRI/SP — Comissão Pró-Índio São Paulo.